

## As Contribuições de Henri Lefebvre para o Estudo do Turismo

Ari da Silva Fonseca Filho<sup>1</sup>

### Resumo

Este ensaio<sup>2</sup> foi elaborado tendo como embasamento as leituras das obras de Lefebvre (1975, 1981, 1983, 2001), em especial, os livros *Lógica formal, lógica dialética; Critique de la vie quotidienne. (vol III); La presencia y la ausencia – contribución a teoria de las representaciones* e *O direito à cidade*. As três últimas obras foram essenciais para compor nossas reflexões acerca da segunda metade do século 20, considerando o período histórico como sendo a fase do turismo industrial, período de consolidação e ascensão da área de turismo e lazer, sendo este o nosso enfoque no trabalho. Contudo, o presente ensaio discute o turismo por meio de algumas provocações incitadas pelas obras estudadas de Henri Lefebvre.

**Palavras-chave:** Obra. Turismo industrial. Cotidiano. Educação turística.

---

<sup>1</sup> Doutorando e Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, bolsista pelo CNPq. Membro do grupo de pesquisa Geografia, Cultura e Turismo. Bacharel em Turismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR. Contato: [arifonseca@usp.br](mailto:arifonseca@usp.br).

<sup>2</sup> O presente ensaio foi elaborado a partir de reflexões iniciadas no Seminário sobre as obras de Henri Lefebvre, organizado em 2009, pela disciplina de curso de pós-graduação da Faculdade de Educação da USP, intitulada *Ensino, Cotidiano Escolar, Cultura e Suas Representações*, disciplina ministrada pela Professora Dra. Sonia Teresinha de Sousa Penin, no ano de 2009.

## **Introdução**

Pensar nas questões que interferem na configuração do turismo atual cabe a discussão do conceito de cotidiano e cotidianidade. A cotidianidade, segundo Lefebvre (1981, 1983), tem uma relação estreita e mal conhecida com as modalidades de organização e existência da sociedade (tal e qual), que impõe relações entre os trabalhos, os lazeres, a vida “privada”, os transportes, a vida pública. O real é o dado, o sensível e o prático, o atual, a face perceptível.

O autor destaca que o trabalho social produz valores de troca e ao mesmo tempo o não-trabalho, compreendido pelo repouso, férias, vida privada, lazer em geral, que intervém no uso de produtos. O tempo do não trabalho faz parte do tempo social, é a contrapartida ao tempo dedicado à produção (vendido como capacidade produtiva aos detentores dos meios de produção). Em outras palavras, o tempo do não-trabalho faz parte do modo de produção como trabalho; ele anima a economia, já que grandes setores produtivos de mais valia se constroem a partir deste não-trabalho; o turismo, os lazeres, espetáculos, a cultura e a indústria cultural.

O cotidiano engloba, portanto, essas modalidades de tempo social assim como o tempo de trabalho como aquele do não trabalho, este último mais ligado ao uso. A utilização do espaço não se restringe na utilização de um objeto qualquer, que o uso destrói pelo consumo; o uso do espaço comporta o emprego do tempo: transportes, relações dos centros e suas imediações, utilização de equipamentos, em suma, não há prioridade absoluta de troca, desaparecimento do uso de troca. O cotidiano se define como um lugar de movimento dialético que Lefebvre (1983) caracteriza por meio de três termos: Necessidade-desejo-fruição. O cotidiano compreende mais ou menos o vivido, a subjetividade fugaz, as emoções, os afetos, os hábitos e comportamentos. Compreende também a abstração. O dinheiro e a mercadoria têm um lado abstrato que faz parte do real cotidiano, o qual compreende as imagens.

Durante o período de 1946-1961, Lefebvre (1983) afirma que o cotidiano mudou, não no sentido de um desenvolvimento de sua riqueza latente, mas em sentido inverso: empobrecimento, manipulação, passividade. Essa mudança, provocada pela destruição das cidades europeias pelos períodos de guerra, mais especificamente a 2ª Guerra Mundial. Os governos europeus em grande parte financiados pelos E.U.A., passam a reconstruir suas

idades e reestruturar suas economias. É nesse contexto que o turismo é estimulado pelos europeus, entendendo a atividade como elemento de relevância econômica para gerar movimentações financeiras, renda e serviços.

Segundo Lefebvre (1983), o capitalismo neste período estava em conquistar setores novos: a agricultura, anteriormente pré-capitalista em grande parte – a cidade histórica que se destrói por explosão e por implosão – o espaço inteiro conquistado pelo turismo e pelos lazeres – a cultura enfim, isto é, a civilização reduzida e subordinada ao crescimento da indústria cultural, finalmente e sobretudo o cotidiano.

Foi nesse contexto que Henri Lefebvre escreveu *A revolução urbana*, publicado em 1970, que previa não só que urbanização foi fundamental para a sobrevivência do capitalismo e, portanto, obrigado a se tornar um foco crucial da política e luta de classes, mas que foi obliterando passo a passo, as distinções entre a cidade e o país através da produção de espaços integrados em todo o território nacional, se não além de *O direito à cidade* que tinha de dizer o direito de comandar o todo o processo urbano, sendo este responsável pela dominação de países secundários através de fenômenos que vão do agronegócio à segunda residência e o turismo rural (HARVEY, 2008).

A atividade turística teve seu crescimento acelerado a partir da segunda metade do século XX, período que Molina (2003) classifica como *turismo industrial*, ou seja, o autor afirma que nessa fase o turismo se converte em um fenômeno de deslocamentos massivos, gerando importantes conseqüências sociais, políticas, culturais, ambientais e financeiras, parte delas benéficas e outras contribuindo para provocar relações conflitivas.

Vale destacar que o processo de industrialização é considerado por Lefebvre (2008) como o responsável pelas transformações na sociedade, afirma que:

Se distinguirmos o *indutor* e o *induzido*, pode-se dizer que o processo de industrialização é indutor e que se pode contar entre os induzidos os problemas relativos ao crescimento e à planificação, as questões referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana, sem omitir a crescente importância dos lazeres e das questões relativas à “cultura” (LEFEBVRE, 2008, p. 11).

Com o seguinte argumento, identificamos no pensamento do teórico que, nesse período histórico marcado pela industrialização, os problemas relativos ao crescimento e à planificação, à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana, tem como agente indutor este processo de industrialização e destaca que o lazer e a cultura passam a assumir um

crecente e importante papel para o indivíduo em sociedade. Assim, conseguimos relacionar, a partir desse breve contexto histórico, que o turismo industrial classificado por Molina (2003) se configura diante dessa necessidade crescente, atendendo um alto volume de fluxos turísticos.

As conseqüências desse turismo de massa foram, sem dúvida, a perda da identidade induzida pelo turismo, afetando a comunidade local e os destinos, que são consumidos como mercadorias. O termo industrial agregado ao turismo é utilizado pelo autor para se referir a grandiosidade que o fenômeno conquistou, principalmente a partir da década de cinquenta, do século passado, em que as empresas turísticas passam a se preocupar com os espaços visando a transformação destes em produtos turísticos, tendo seus agentes os responsáveis por estruturar o setor de acordo com a lógica do mercado, buscando um retorno financeiro imediato. Sendo assim, “[...] a indústria turística contribuiu para a colonização de diversos territórios e sociedades, ampliando significativamente as fronteiras do planeta” (MOLINA, 2003, p.24).

É pertinente destacar que o uso do termo *indústria turística*, para Boullón (1985) – e compactuamos de seu posicionamento – é uma confusão semântica e conceitual, no sentido de que o turismo não pode ser considerado indústria por não ser um produto desta e nem da construção. Por isso, defendemos que o entendimento do turismo enquanto prestação de serviços, pertencente ao setor terciário da economia é o mais adequado a ser empregado para nortear o presente ensaio.

Desta forma, despontou-se como uma das principais atividades econômicas da contemporaneidade, por gerar divisas relevantes para a economia dos países. E devido a este fator, a questão econômica é, muitas vezes, utilizada para definir o setor, porque se transformou num fenômeno de grande importância para as sociedades, já que até em épocas de forte instabilidades provocadas por crise econômica e recessão, a atividade tem mantido uma dinâmica considerável em relação aos outros setores econômicos. Mas a questão econômica agora é visada em longo prazo e fruto de um planejamento de sucesso capaz de respeitar o meio ambiente, a comunidade e a cultura local das destinações turísticas.

Com isso, o turismo

Deve ser considerado como produto da cultura, no sentido amplo deste termo. Por isso, as explicações de caráter econômico que são utilizadas para compreender a transcendência do turismo são, evidentemente, insuficientes, ainda que significativas, porque não

contemplam e tampouco consideram a diversidade de dimensões do fenômeno (MOLINA & RODRIGUEZ, 2001, p.9).

Assim, por meio deste breve recorte na conceituação de turismo, deixamos claro o nosso posicionamento referente à concepção que consideramos a mais adequada, sendo a perspectiva cultural a que nos auxiliará na construção de nossos pensamentos e reflexões sobre o sistema turístico na contemporaneidade.

A preocupação em entender o turismo sob a perspectiva da cultura nos remete à reflexão sobre a questão da identidade cultural, que na atualidade vem sofrendo intensas interferências - e vemos o turismo como sendo uma destas - e transformações que muitas vezes são negativas. Carlos (1996), em seu texto sobre o *Turismo e a produção do não-lugar*, afirma que o turismo é responsável por transformar tudo o que toca em artificial, criando um mundo fictício e mistificado de lazer, ilusório,

[...] onde o espaço se transforma em cenário para o espetáculo para uma multidão amorfa mediante a criação de uma série de atividades que conduzem a passividade, produzindo apenas a ilusão de evasão, e, desse modo, o real é metamorfoseado, transfigurado para seduzir e fascinar. Aqui o sujeito se entrega às manipulações desfrutando a própria alienação e a dos outros (CARLOS, 1996, p.26).

A autora defende a tese de que ao vender o espaço se produz a não-identidade e, com isso, a idéia do não-lugar, ou seja, baseia-se na teoria do *não-lugar* de Marc Augé (1992) para afirmar que o espaço é transformado em mercadoria com a possibilidade de consumi-lo de acordo com os desejos dos clientes e, portanto, torna-se artificial, sem sentido, descaracterizado, sem história, sem identidade. Isso porque:

[...] o lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade. Aí o homem se reconhece porque aí vive. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar se liga indissociavelmente à produção da vida (CARLOS, 1996, p.28).

Assim, a identidade está vinculada ao plano do vivido – como a própria autora afirma – ao que é conhecido e re-conhecido. A identidade, o sentimento de pertencimento ou formas de apropriação do espaço estão diretamente relacionadas com lugares habitados e marcados pela prática social, transformando a natureza em “produto de uma capacidade criadora,

acumulação cultural que se inscreve num espaço e tempo (...)” (CARLOS, 1996, p.28). E o não-lugar é definido como a produção ou construção de simulacros de lugares, por meio da não-identidade, que refletirá também em comportamentos e modos de apropriação desses lugares (CARLOS, 1996).

O tema cidade foi muito estudado por Lefebvre em obras já citadas anteriormente, como *O direito à cidade*, de 1968 e *A revolução urbana* de 1970, e no livro *La presencia y la ausencia* de 1983, o autor identifica os centros urbanos, projetos arquitetônicos e espaciais como obra. Em outras palavras, o autor argumenta:

A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos *produtos*. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro) (LEFEBVRE, 2001, p. 12).

A obra por sua vez é definida como uma totalidade presente, atual, com a totalidade quebrada ou ausente, sua relação não pode se reduzir a um reflexo, a uma expressão, como tampouco a uma intenção significativa. A cidade é considerada como grande exemplo de obra, sendo esta coletiva e aberta, uma realidade complexa e contraditória. É passível de transformações, é dinâmica e assinada por inúmeros autores responsáveis por sua composição. Remete a uma multiplicidade de reações, entendimentos, contém todos os problemas e realidades.

O turismo se concebe nesse uso dos espaços, trânsito pelas vias, visitação aos parques, praças, monumentos; identifica as narrativas de histórias de vidas que foram responsáveis pela edificação de centros urbanos, toma ciência de aspectos culturais desses grupos humanos visitados.

O caráter simultâneo da obra foi estudado entre outras coisas em *O direito à cidade*, de 1968. A forma urbana se caracteriza pelo encontro e a reunião de tudo que constitui uma cidade, produtos e obras. Neste sentido a cidade foi e segue como a obra suprema, a obra das obras. Daí a generalização de seu traço essencial. O teórico afirma que não há cidade que não se apresente como simultaneidade percebida desde o ato das torres, das colinas e das montanhas, de um avião e que não se configure espacialmente na trama das ruas e avenidas.

“Esta determinação formal permite compreender como e porque as obras aparecem abertas ou fechadas, oferecidas portanto presentes e embora impenetráveis” (LEFEBVRE, 1983, p.261).

Na arquitetura, uma vivência inicial e final, essencial e fundamental, consiste nos corpos dos que habitam um lugar, que freqüentam um edifício. Se o arquiteto esquece disso, se tais dados substituem a forma técnica ou pura, ele perde a inspiração; se perde no formalismo ou no funcionalismo. O arquiteto faz do espaço, socialmente produzido, um lugar; o bem fracassa. Os corpos, ao ocupar o espaço, situam lugares. Em torno do lugar gravitam as redes de comunicação, as funções e as formas. Evoca a identidade atribuída ao espaço por meio das relações sociais constituídas e como o indivíduo se apropria e se sente parte integrante do ambiente.

A representação tem aqui um sentido ambíguo. Se pode afirmar que a arquitetura representa uma sociedade, que o marco construído (expressão tecnocrática) resulta da projeção espacial da sociedade considerada, de sua ideologia, de sua estrutura. Mas cada agente da produção do espaço tem suas representações: o promotor, o banqueiro, o comerciante, o proprietário de terreno, inclusive o usuário (LEFEBVRE, 1983). Podemos agregar a esses agentes os sujeitos escolares, em especial os estudantes e os professores. Cada um é capaz de intervir e formular existências quantitativas e qualitativas.

Nessa busca por formulações e intervenções no espaço urbano, na cidade, o estudo das obras de Lefebvre pode suscitar provocações no educador, no sentido de levá-lo a incentivar seus alunos a refletirem sobre o seu lugar no mundo. Se relacionarmos com o ensino do turismo na educação básica é pertinente compreender como cada indivíduo tem responsabilidade pelos seus lugares habitados e freqüentados em sua cidade, bem como pelo consumo na condição de turista por espaços/lugares distintos de sua residência habitual. E, portanto, entender a cidade enquanto obra, edificada por inúmeros atores, o conhecimento desse processo é recurso cultural, turístico e ao mesmo tempo pedagógico para turistas e estudantes.

### **Considerações Finais**

Concluimos, afirmando que a compreensão da cidade enquanto obra é de grande interesse para os nossos estudos na área de turismo para que possamos estabelecer conexões e

compreender os elementos das representações que servirão como conteúdos escolares para a efetivação de uma educação turística.

A concepção de lugar, não-lugar, da identidade, não-identidade e da representação a partir de elementos da paisagem, da arquitetura, da cidade como um todo são aspectos a serem destacados pelos docentes responsáveis pelo ensino do turismo nas escolas. Problematizar esses aspectos são meios para se compreender como o turismo é desenvolvido em cidades que possuem potencial ou já são desenvolvidas no setor de turismo.

A intenção de se aprofundar em aspectos do cotidiano e da cotidianidade têm como finalidade apontar para o jovem estudante que os conhecimentos escolares são concebidos a partir dos conhecimentos formulados no plano do vivido, dando mais significados e apresentando relações com o seu universo cultural.

Especificamente o ensino de disciplinas tradicionais como Geografia, História, Literatura, Línguas, Ciências, dentre outras, aliadas a uma proposta de educação turística que, prevê também em seu desenvolvimento metodologias e estratégias de ensino como o estudo do meio, aula passeio, surte efeitos positivos para essa efetiva contextualização dos conhecimentos tradicionais com o plano das experiências vividas pelos estudantes.

Assim, essa reflexão provocada com base na relação do homem contemporâneo com o seu espaço e suas representações, são consideradas relevantes para o ensino do turismo, tendo em vista a real necessidade de se identificar o lugar e a produção do não-lugar como conteúdos para a produção do conhecimento turístico.



## Referências

AUGÉ, Marc. **Não- lugares**: introdução a uma antropologia da sobremodernidade. Campinas: Papyrus, 1992.

BARRETTO, M. Produção científica na área de turismo. In: GASTAL, S.; MOESCH, M. M. (orgs.). **Um outro turismo é possível**. São Paulo: Contexto, 2004. Pp. 83-88.

BOULLÓN, R. C.. **Planificación del Espacio Turístico**. México: Editorial Trillas, 1985.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. SP: Contexto, 2004.

\_\_\_\_\_. Turismo e a produção do não-lugar. In: CARLOS, A. F. A. (et al. orgs.) **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1996.

CENTENO, R. R. **Metodología de la investigación aplicada al turismo** – casos prácticos. México: Trillas, 1992.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. 3 ed. São Paulo: Perspectiva: SESC, 2008a. 333p.

\_\_\_\_\_. **A revolução cultural do tempo livre**. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1994. 199p.

\_\_\_\_\_. **Sociologia empírica do lazer**. 3 ed. São Paulo: Perspectiva: SESC, 2008b. 244p.

FEATHERSTONE, M. **O desmanche da cultura** – globalização, pós-modernismo e identidade. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1997.

HARVEY, D. The right to the city. In: **New left review** 53, Sep. – Oct. 2008. Disponível em: <http://www.newleftreview.org/?view=2740> . Acesso em: 09 Nov. 2009.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo** - para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte, UFMG, 2002.

\_\_\_\_\_. **Critique de la vie quotidienne**. (vol III). Paris: L'Arche, 1981.

\_\_\_\_\_. **La presencia y la ausência** – contribución a teoría de lãs representaciones. México: Fonde de Cultura, 1983.

\_\_\_\_\_. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARTINS, J. **Um enfoque fenomenológico do currículo**: educação como poíesis. São Paulo: Cortez, 1992.

MERLEAU - PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

\_\_\_\_\_. **Merleau-Ponty na Sorbonne** - Resumo de cursos: psicossociologia e filosofia. Campinas, SP: Papyrus, 1990.

MOESCH, M. O fazer-saber turístico: possibilidades e limites de superação. In: GASTAL, S. (org.). **Turismo**: 9 propostas para um saber-fazer. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

MOLINA, S.; RODRÍGUEZ, S. **Planejamento integral do turismo**: um enfoque para América Latina. Bauru, SP: EDUSC. 2001.

MOLINA, S. **O pós-turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa.** São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

SEVCENKO, N. O enigma pós-moderno. In: OLIVEIRA, R. C. (et al.). **Pós-modernidade.** 5 ed. Campinas, SP: ed. UNICAMP, 1995, pp.43-55.